

DISCUTINDO O LOCAL NO GLOBAL¹

As forças hegemônicas e o processo de implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GT12: Globalização, Integração regional e sub-regional.
Debate ou discussão em Teoria Social

Fernanda Faria²
Marina Rute Pacheco³

Resumo

O retorno do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ainda na entrada deste século XXI, se expressa dentro do cenário geral que envolve o *modelo hegemônico de desenvolvimento* levado a cabo pelo Estado brasileiro. A implementação da usina vem gerando diversos conflitos sociais e políticos que tem acentuado as contradições locais, emergindo assim enquanto um caso concreto de disputa hegemônica influenciada e influenciadora de projetos de sociedade. Nesse sentido, os conceitos que articulam a noção de *hegemonia* na teoria gramsciana apresentam-se enquanto uma lente analítica fundamental para a compreensão das forças que estão em jogo no caso Belo Monte, possibilitando apreender a complexa cadeia de relações estabelecidas entre economia, política e cultura.

Palavras-Chave: UHE Belo Monte, Hegemonia, Territorialidades

1. Introdução

A ideologia desenvolvimentista assume um lugar central na reprodução do capitalismo em nível mundial, especialmente a partir da segunda metade do séc. XX. O contexto instaurado no período após as duas Grandes Guerras Mundiais favorecia os impulsos contraditórios do processo de industrialização e desenvolvimento das economias nacionais. O caráter destrutivo-criador do capital materializava-se assim, em toda a sua ambigüidade, na cisão imperativa entre o social e o natural, posto que “[...] a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade” (Hobsbawm, 1995, p.257). A questão energética se colocava particularmente em evidência nesse conjunto de circunstâncias e repercutia de modo (ainda mais) expressivo nos países subdesenvolvidos, por assumirem na divisão internacional do trabalho, principalmente, o papel de fornecedores de bens primários com baixo valor agregado e alto conteúdo energético.

No Brasil, esse impulso desenvolvimentista apresenta-se de forma mais efetiva a partir da década de 50-60, através dos chamados Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), que visavam alavancar o “processo

¹ Este tema partiu da reflexão inicial originada pelos debates realizados em grupo na disciplina Processos de Hegemonia e Contra-hegemonia, ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Almeida, no ano de 2011. O diálogo com os colegas: Girlane Nunes, Gabriel Gama, Jade Lins, e Marcelo Jesus, foi fundamental para impulsionar, a partir de um processo coletivo de construção do conhecimento, o que veio a ser esta versão atual em artigo.

² Pós-graduanda em História da Bahia pela Faculdade São Bento, licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, e cursando o bacharelado em Sociologia e Antropologia nesta instituição. Membro do Grupo de Pesquisa *Representações Sociais: Arte, Ciência e Ideologia* – NUCLEAR/FFCH/UFBA.

³ Bacharelanda em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), vinculada ao Grupo de Pesquisa *Representações Sociais: Arte, Ciência e Ideologia* – NUCLEAR/FFCH/UFBA.

modernizador” e, assim, impôs às populações amazônicas inúmeros projetos de benefício direto ao grande capital, contribuindo para a destruição acelerada da floresta amazônica e a expulsão de milhares de indígenas e ribeirinhos de suas terras⁴. A característica fundamental desses empreendimentos está no fato de movimentarem um grande contingente de capital, o que envolve a mobilização de elementos diversos como força de trabalho, infra-estrutura, recursos naturais e territórios, tendo no Estado o seu principal aparelho gestor e articulador (Vainer & Araujo, 1992). Originalmente pensada nos “anos de chumbo” da história brasileira, a construção da UHE Belo Monte foi projetada durante o governo Médici (1970-1974), no auge do desenvolvimento econômico ensejado pelo “milagre brasileiro”. Atualmente Belo Monte está na pauta da agenda política como uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), idealizado pelo governo petista, e pretendendo-se a terceira maior usina hidrelétrica do mundo. O discurso hegemônico fundado na idéia de progresso permanece sendo atualizado ao tempo que é dada continuidade ao processo de inserção de “partes do território amazônico ao fluxo mundial de mercadorias,” (Carvalho, s.f., p.4). É desde modo que, o “desenvolvimentismo”, enquanto estratégia política estatal, no afã de apresentar-se como via única do devir histórico, universaliza valores que são próprios da classe hegemônica, suplantando aspectos particulares de culturas e territorialidades.

2. Entre Território e Territorialidades: Ideologia e(m) conflito no Xingu

Projeto *Kararaô*⁵, como fora inicialmente identificado o empreendimento Belo Monte, foi a primeira ambiciosa iniciativa no sentido de interferir no curso das águas do rio Xingu. O Xingu é um dos maiores afluentes da porção oriental da bacia amazônica, situando-se no Norte do país, compreende uma área marcada pela biodiversidade que caracteriza os biomas do cerrado, local de sua nascente, e da floresta equatorial, onde deságua no grande Amazonas. Encontra-se nessas extensões o primeiro território indígena oficialmente demarcado, o então conhecido Parque Indígena do Xingu, resultado de vários anos de luta política das populações que habitam secularmente as margens e leitos do rio. Atualmente a região do Xingu é composta por diversas etnias⁶ indígenas que estabelecem vínculos muito próprios com o espaço, estando articulados por distintas relações de troca e reciprocidades. O povoamento mais recente da região está vinculado ainda ao ciclo econômico extrativista da borracha, ocorrido a partir da primeira metade do séc. XX, e à política de investimento em infraestrutura, sobretudo com a construção da Transamazônica e de rodovias pelo norte do país, na segunda metade deste século (Magalhães, 2012), que visava integrar à dinâmica econômica nacional uma região há muito isolada, tanto pelas suas características sócio-históricas particulares, quanto devido a própria formação histórica do epicentro econômico brasileiro. Atualmente a chamada Região de Integração do Xingu⁷ é formada por dez municípios que totalizam cerca de 20% da área que compreende o Estado do Pará, cuja jurisdição fundiária é predominantemente de domínio da União e abrange mais expressivamente o município de Altamira (Ministério de Integração Nacional [MIN], s.f.), integrando, além de territórios indígenas, inúmeras outras “comunidades tradicionais”, como ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, camponeses, etc.

A despeito da riqueza (natural e cultural) revelada pela própria constituição da região, a exploração predatória, necessária a reprodução capitalista em sua dimensão espacial, tem produzido historicamente um cenário de desigualdades sociais que expressa o modo como a porção norte insere-se na diferenciação

⁴ A exemplo da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e Itaipu, do projeto Grande Carajás, da Rodovia Transamazônica, etc.

⁵ A palavra é um grito de guerra do povo indígena Kayapó.

⁶ De acordo com o Almanaque Ambiental Parque Indígena do Xingú: 50 anos (2011), há dezesseis etnias indígenas habitando a região, congregando no mínimo três troncos lingüísticos: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamaiurá, kawaiweté (kaiabi), kisêdje (suiá) Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Naruvôtu, tapayuna, Trumai, Waurá e Yawalapiti, Yudjá (Juruna).

⁷ Nome concebido para área de atuação do “Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu”, gerido pelo Ministério da Integração Nacional. A região compreende os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingú.

regional do território nacional. Nesse contexto, a potencialidade econômica enunciada na abundante oferta de recursos naturais, especialmente em termos de aproveitamento hidrelétrico, emerge como dispositivo de tensão entre as relações locais e globais acionadas através da mediação estatal, na medida em que a região se torna eixo estratégico da política de desenvolvimento, enquanto pólo atrativo de investimentos de capitais (nacionais e estrangeiros) oriundos dos centros difusores da modernidade capitalista.

“Frente a cada setor produtivo, a cada agência setorial, não se apresenta mais as regiões, mas um espaço (integrado) diferenciado de localizações de investimentos e projetos, um conjunto de pontos que não se individualizam senão pelo potencial que oferecem para a conquista econômica” (Vainer & Araújo, 1992, p. 31).

A idéia de território define-se assim, centralmente, a partir do imperativo econômico e utilitário característico de formas exógenas às dinâmicas culturais presentes nas diversas territorialidades. Estas, enquanto diferentes formas de se relacionar com o tempo-espaço histórico e natural, são construídas e condicionadas culturalmente constituindo a “visão de mundo” de grupos sociais distintos, que pela sua forma de (re) produção moderadamente autônoma e organizada a partir da exploração coletiva dos bens territoriais disponíveis, baseiam-se, fundamentalmente, no valor de uso das águas e demais recursos, numa interação harmoniosa com o meio ambiente e sua biodiversidade. Deste modo, o desígnio integrador do território nacional, no seu sentido estrito de expansão das fronteiras do mercado, pressupõe uma lógica oposta que se sustenta nos valores de troca e, portanto, na mercantilização das relações sócio-espaciais dentro de um processo mais amplo e estrutural de “commoditização”⁸ da economia; estabelecendo relações de poder, controle e dominação impostas a territorialidades concretas em que se manifestam diferentes heranças históricas e culturais, e onde passam a se entrecruzar as vias de circulação da mobilidade do capital (Almeida et al., 2010). Esse movimento revela e agudiza os conflitos em torno do uso-ocupação dos territórios na região amazônica, de modo geral, e particularmente, na região do Xingu, com o advento da famigerada obra de Belo Monte, requerendo (não sem esforço) um jogo de barganha e chantagem⁹ do governo na tentativa de construção de “consensos”. Assim, do ponto de vista político da disputa hegemônica, o Estado passa a mapear zonas de influência¹⁰ em que submetem povos e comunidades locais à relações de forças pautadas principalmente nas mediações entre o poder estatal e a constituição de direitos territorializados, recorrendo ainda, em muitos casos, a estratégias de cooptação de lideranças e fragilização das organizações indígenas e dos demais grupos tradicionais da região. Nas palavras do índio Munduruku, na denúncia a experiência vivenciada pela sua aldeia em conflito com as forças sociais (e armadas) do Estado, regozija-se com ironia: “para se ter saúde e educação é preciso aceitar Belo Monte”¹¹.

O fundamento ideológico que legitima o Estado moderno, ou seja, que cria condições para que suas normas sejam obedecidas sem depender unicamente da utilização da força é exatamente a crença de que suas

⁸ O sentido aqui empregado remete a noção desenvolvida por Brandão, C. (2010) A acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. En Almeida, et al. *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: Lamparina.; referindo-se a um tipo de “acumulação primitiva permanente” de caráter expropriador dos recursos territoriais, no contexto do capitalismo brasileiro.

⁹ Ver Acserald, H. & Bezerra, G.N. (2010) Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. En Almeida, et al. *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: Lamparina.

¹⁰ O governo tem utilizado a nomenclatura “Áreas de Influência” (direta e indireta) para referir-se as localidades que sofrerão impacto do empreendimento da UHE Belo Monte. Dentre estas, destacam-se os municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu, além da região fluvial da Volta Grande do Xingu onde será construída a barragem de Belo Monte, cujas margens são habitadas pelos grupos étnicos Xipaya, Kuruaya, Juruna, Arara e Kaiapó.

¹¹ Valdenir Munduruku, líder indígena, em palestra concedida na Faculdade de Direito da UFBA, no dia 24 de Julho, intitulada: “Territorialidade Munduruku e Belo Monte”.

ações visam o benefício da coletividade (Gramsci, 2002), forjando uma ideologia que ao se disseminar, apresenta-se enquanto depositária de um “bem comum” preconizado pelo desenvolvimento da “Nação”. Esses valores tornam-se então expressão de um bloco ideológico que traduz politicamente o que seria uma “vontade coletiva”, na forma do programa e ação dos partidos e organizações financeiras e empresariais que personificam a classe dirigente.

“A Integração Nacional, bandeira de um padrão de planejamento que não articula consensos, pois os postula como pressupostos, vai administrar trabalho e capital no sentido de estender a nação à totalidade do território. Vai perseguir a plena instauração da identidade Território-Nação-Estado [...]” (Vainer & Araújo, p. 26).

O projeto da UHE de Belo Monte tem sido, deste modo, construído nos meios de comunicação de massa como justificativa para o desenvolvimento do Território-Nação-Estado brasileiro, marcando a função estratégica dos aparelhos privados de hegemonia como ferramenta essencial para a manutenção e reprodução da hegemonia em nível nacional, ao passo que “a opinião pública é um ponto de contato entre a sociedade civil e política em que a classe dirigente utiliza a sociedade civil para um resultado político determinado” (Portelli apud Gramsci, 1987, p. 60). Se para Gramsci (2002), no entanto, é fundamental à constituição hegemônica a direção cultural e ideológica; é mister reconhecer, ainda, a sua imbricação necessária com a estrutura social e econômica, já que para o autor, sendo o Estado entendido em seu sentido ampliado - sociedade política e civil - introduzindo-lhe portanto a luta de classes, os seus agentes assumem um lugar concreto na sociedade capitalista.

3. Modelo hegemônico de desenvolvimento & Capitalismo dependente à brasileira: O caso Belo Monte

Quer-se reter aqui o modo pelo qual o projeto Belo Monte apresenta-se, eminentemente, enquanto conteúdo mesmo do modelo hegemônico de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, na medida em que a política “desenvolvimentista”, expressa no projeto da Usina, emerge como uma atividade superestrutural necessária à própria estrutura que a organiza. Considerado através de todos os seus domínios constitutivos (social, econômico, político ou cultural), este modelo, e sua reprodução em âmbito local, só pode ser apreendido satisfatoriamente a partir da análise de sua totalidade, isto é, na articulação interna de seus elementos ou ainda, no aspecto “orgânico” do vínculo que se estabelece entre a estrutura e a superestrutura social (Gramsci, 2002). Desse modo, para compreender a dinâmica conjuntural da política estatal, nos termos aqui apresentados, torna-se fundamental, portanto, relacioná-la a uma situação histórica precisa: nos marcos do capitalismo dependente brasileiro e da inserção neoliberal do Estado na economia globalizada.

A sociedade capitalista, em sua fase imperialista de desenvolvimento, que se caracteriza pela dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquirindo marcada importância a exportação de capitais, “começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (Lenin, 1982, p.43). Desde então, dado o imperativo de expansão das possibilidades de aplicação lucrativa dos excedentes de capitais pelos grandes conglomerados financeiros e monopolistas dos países imperialistas, essa necessidade de exportação de capitais passou a assumir formas diversas: empréstimo de dinheiro; instalação de empresas em outros países, participação acionária em empresas já instaladas, etc. Seus principais agentes são as empresas monopolistas e as burguesias nacionais, para o quê contam com o apoio de seus respectivos Estados nacionais, que no marco das relações sociais capitalistas “na sua fase superior”, assume, inequivocamente, a tarefa de executor dos interesses da classe dirigente ligada ao processo de acumulação do capital e, para tanto, transforma a partir do seu aparato ideológico e político-jurídico, os interesses particulares desta classe nos interesses da nação, realizando ações concretas que adaptam a estrutura social a serviço do lucro. O bloco histórico gramsciano

surge, assim, como um fenômeno com expressão nacional em que uma classe hegemônica manifesta-se a partir de um fenômeno internacional na medida em que representa o desenvolvimento de uma forma particular de relações sociais de produção. É nesse sentido que a função hegemônica do Estado dá-se sob a direção da classe dominante no seio do bloco histórico, no qual toda relação de hegemonia ultrapassa os limites de uma nação específica, envolvendo relações mais complexas e tendo por base de atuação o âmbito mundial (Gramsci, 2002). Assim sendo, o entendimento mesmo da natureza da hegemonia apresenta-se somente através de suas relações com o bloco histórico, de modo que “[...] concretamente esse estudo do papel da classe fundamental e de seu papel histórico a nível internacional permitirá uma melhor compreensão de sua estratégia a nível nacional.” (Portelli, 1987, p. 74-75).

O modelo hegemônico de desenvolvimento em sua articulação com o bloco histórico nacional, tem se concretizado, assim, sob a forma da ação dos governos e dos agentes do capital ao longo da evolução do capitalismo em nível nacional. A ideologia desenvolvimentista teve lugar nas várias fases que fizeram avançar a inserção brasileira na dinâmica econômica globalizada. Segundo Boito Jr. (2012), em relação ao desenvolvimentismo do século passado, iniciado de forma significativa nos anos 1930 e perdurando até finais dos anos 1980, período de sua estagnação econômica, o “novo desenvolvimentismo”, isto é, aquele inaugurado pelo governo petista, apresenta algumas distinções em relação ao modelo que o antecedeu, especialmente por está inserido no contexto neoliberal:

“[...] Por ora, destacaríamos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local (Bresser-Pereira, 2012) d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veledade de agir como força social nacionalista e antiimperialista. Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal. (Boito Jr., 2012, p.6)

É nesse contexto que a análise da mais nova versão¹² do projeto da UHE de Belo Monte apresentada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), revela a organicidade da superestrutura social que se caracteriza por dois aspectos fundamentais: por um lado pela permanência da ideologia desenvolvimentista e sua função de hegemonia e por outro, pelas vicissitudes do bloco histórico na fase neoliberal. O PAC materializa o movimento do Estado brasileiro dentro desta conjunção histórica, organizando as ações estatais no plano da política econômica, em torno dos seguintes objetivos: “1) aumentar o volume de investimentos em setores da chamada infra-estrutura; 2) incentivar o investimento do capital privado mediante aumento da oferta de crédito; 3) “remover obstáculos ao crescimento” (Silva, s.f.), o que consiste em promover mudanças que liberalizam o movimento do capital. Neste ponto, especialmente, o caso Belo Monte é paradigmático, alterando a legislação ambiental de forma a agilizar os processos de licenciamento dos empreendimentos energéticos.

Dentro do planejamento geral das políticas setoriais infraestruturais do PAC está previsto a construção de mais 345 empreendimentos hidrelétricos no país, dentre estes, a maior obra em andamento é a

¹² O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte constituiu-se enquanto parte da agenda política de regimes tanto ditatoriais quanto democráticos, apresentando versões nos governos: Médici, Geisel, Sarney, Collor, FHC, Lula e Dilma.

Usina Belo Monte. Neste cenário, os dados apresentados pelo Balanço Energético Nacional tornam-se ilustrativos para perceber de que modo se coloca, particularmente, a questão energética nacional. O levantamento mostra que a principal matriz de oferta de energia elétrica no país segue sendo a hidráulica¹³ e a projeção realizada até 2022, com relação à demanda interna por energia, indica o aumento progressivo, principalmente, de alguns segmentos industriais (eletrointensivos) que representam hoje mais de 40% do consumo total de energia, enquanto o consumo doméstico varia em torno de 20%. Esses dados indicam que a produção energética nacional é superior à demanda necessária aos serviços públicos básicos e ao consumo residencial, de modo que quase metade da geração de eletricidade destina-se a suprir o setor industrial da economia brasileira. Além disso, embora as empresas que atuam no ramo de bens eletrointensivos¹⁴ assumam o papel de exportadoras de *commodities* contam ainda, quase sempre, com a política de isenções fiscais concedidas pelo Estado. Dito de outro modo, a energia gerada pelas águas do Xingu servirá, oportunamente, de subsídio a empresas como Alcoa, Votorantim, Vale, Gerdau e CSN¹⁵.

A prerrogativa utilitária da necessidade de produção de energia elétrica através do grande empreendimento hidrelétrico revela assim o “economicismo” da política nacional, que tendo sua expressão no plano setorial, articula uma ampla variedade de atores sociais em torno desta nova etapa da expansão capitalista na Amazônia. De acordo com Ribeiro (Carvalho apud Ribeiro, s.f.), a capacidade de interação de agentes diversos no âmbito local e global – empresas nacionais e transnacionais – com a estrutura de poder estatal é uma característica importante que se apresenta nos processos de execução desses grandes projetos infraestruturais, como é o caso da UHE de Belo Monte no âmbito do PAC:

(...) A formação de consórcios – marcada pelo objetivo estratégico de ganhar um contrato – promove, portanto, a articulação dos interesses capitalistas transnacionais e nacionais com os das elites administrativas e políticas dentro do Estado. Em tal contexto, os limites à efetiva participação capitalista individual no processo de consorciação são definidos por uma complexa combinação (a) do acesso diferenciado à tecnologia, capital e a intrincados processos gerenciais; (b) da eficácia do *lobby* das redes políticas de uma corporação; e (c) do tipo de política de desenvolvimento incentivada pelo Estado (Ribeiro, 1991, p. 103).

No caso específico que analisamos, a Chesf, estatal ligada a Eletrobrás, juntamente com as empresas Queiroz Galvão, Gaia Energia, J. Malucelli e Mendes Júnior integram o consórcio vencedor, Norte energia¹⁶, que disputava com o grupo Belo Monte Energia, formado pelas estatais Furnas e Eletrosul e as empresas privadas Andrade Gutierrez e Vale.¹⁷ Os arranjos deram-se de modo que, em ambos os casos, a participação

¹³ Dados disponibilizados pela publicação Empresa de Pesquisa Energética [EPE]. *Balanço Energético Nacional - Ano base 2008-2012*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: MME/EPE mostram que a oferta da matriz hidráulica supera 75% do total da energia elétrica produzida em solos brasileiros.

¹⁴ Nos quais inclui-se os seguimentos de alumínio, siderurgia, ferroligas, pelotização, cobre, petroquímica, soda-cloro, papel e celulose, e cimento Vide publicação Empresa de Pesquisa Energética [EPE]. *Projeção da demanda de energia elétrica: para os próximos 10 anos (2011-2020)*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: MME/EPE. Série estudos de energia nota técnica DEA 03/11.

¹⁵ Note-se ainda que essas empresas tiveram participação significativa, juntamente com empresas estatais, em ambos os consórcios que pleiteavam o leilão de Belo Monte.

¹⁶ Composição acionária atual da Norte Energia: CHESF (49,98%), Petros (10%), Funcef (10%), Belo Monte Participações S.A. - Neoenergia S.A. (10%), Amazônia - Cemig e Light (9,77%), Vale (9%), Sinobrás (1%), J Malucelli Construtora de Obras S/A (0,25%). Informação recuperada el 12 de agosto de 2013, del sitio Web del Consórcio NorteEnergia S.A.: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/composicao-acionaria/>

¹⁷ Atenta-se aqui para o fato de que “40% dos recursos de campanha da presidente eleita, Dilma Rousseff, vieram de grandes empreiteiras como Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht, justamente as maiores interessadas na construção

das estatais não supera 49,9%, garantindo maioria acionária aos grupos econômicos empresariais. Outro aspecto importante está no fato que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será responsável pelo financiamento de 80% dos recursos da obra, visando favorecer um ambiente seguro ao investimento privado.

O Estado “neodesenvolvimentista” tem assumido, deste modo, um papel de interventor direto no plano econômico, “mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações.” (Fiori, 2011). A sua função hegemônica encontra lugar onde já se constituiu um bloco histórico sob direção da classe fundamental (Gramsci, 2002), dado a própria formação histórica da industrialização brasileira, que já se desenvolveu no cenário monopolista e sob controle direto ou indireto das grandes multinacionais. Este influxo da ação estatal adquire relevância, especialmente, diante do cenário da crise mundial de 2007-2008, contribuindo para criação das condições necessárias à continuidade histórica da direção burguesa. Diante de tal conjuntura, o processo de *commoditização* dos países de economia dependente acentua-se enquanto medida útil à estabilização do capital monopolista e à manutenção das taxas de lucro, que se dá a partir da apropriação de parcela da mais-valia dos trabalhadores desses países – através do domínio sobre seus recursos naturais, da sua inserção primário-exportadora¹⁸, do mecanismo da dívida externa etc. – selada ainda através do financiamento (a juros baixos) adquirido junto ao BNDES e reforçando, assim, o caráter de dependência do capitalismo brasileiro.

É neste sentido que as medidas superestruturais “neodesenvolvimentistas” engendram um padrão de acumulação capitalista que favorece a expansão dos núcleos centrais da classe monopolista, representada pelas grandes corporações industriais e os grupos rentistas, que se associam às frações da burguesia local mediante financiamento estatal. “Gramsci mostra, pois, que se a hegemonia de uma classe fundamental é base da edificação do bloco histórico, um bloco histórico localmente determinado pode ser a base da hegemonia dessa classe” (Portelli, 1987, p.76). Assim, a análise social da hegemonia em contexto brasileiro, leva-nos a distinguir três tipos de grupos sociais no interior do bloco histórico: a classe fundamental, ou burguesia internacional (multinacionais imperialistas), aquela que assume a direção do sistema hegemônico; os grupos auxiliares que compõem a base social da hegemonia no interior da superestrutura, ou seja, os governos neoliberais e a burguesia nacional dependente (empresariado e agentes do agronegócio); e por fim, as classes subalternas, que são submetidas à direção das forças hegemônicas através do consenso, tendo no caso Belo Monte, expressão nas políticas compensatórias de concessão econômica ou política. Posto que a hegemonia não é exercida na totalidade da sociedade¹⁹, recorre-se à dominação que através da força visam assegurá-la mediante as classes opositoras, podendo, portanto, um mesmo grupo, no interior de um sistema hegemônico, ser ao mesmo tempo dirigente e dominante²⁰. (Portelli apud Gramsci, 1987).

desta e de outras usinas. Este foi o setor que mais investiu na campanha da petista.” Informação recuperada el 12 de agosto de 2013, del sitio Web del Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado: <http://pstu.org.br/node/16649>.

¹⁸ De acordo com os dados dos pesquisadores Fernanda De Negri e Gustavo Varela Alvarenga, publicado no número 13 do boletim Radar, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 2007 e 2010, a participação das *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras saltou dez pontos percentuais, de 41% para 51%, depois de ter estacionado no patamar dos 40% nos anos 1990”. Recuperada el 12 de agosto de 2013, del sitio Web del Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23.

¹⁹ Os inúmeros episódios conflituosos em torno da implementação da UHE de Belo Monte demonstram os dissensos (que tendem a se agudizar) presentes da imposição das forças que exercem a hegemonia. Dentre estes destacam-se o “Encontro dos Povos Indígenas em Altamira” em fevereiro de 1989 e a greve no Sítio Pimental, principal canteiro da obra da Usina Hidrelétrica, em abril de 2013.

²⁰ “No ultimo dia 12 de Março, o Governo Federal publicou o Decreto nº 7.957/13 que legaliza a intervenção e a repressão militarizada a todo e qualquer ato de resistência da sociedade civil organizada contra a invasão de seus territórios por obras de infraestrutura. O Decreto 7.957/13, “de caráter preventivo e repressivo”, institui o “Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente”. Dentre as competências deste Gabinete estão as de “*identificar situações e áreas que demandem emprego das Forças Armadas, em garantia da lei e da ordem, e submetê-las ao presidente da República*”, e “*demandar das Forças Armadas a prestação de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução*”. Recuperado el 10 de agosto de

Algueres, a insustentabilidade desse modelo hegemônico que aparece na forma de “desenvolvimento sustentável” tem se revelado imperiosa na produção e reprodução das mazelas sociais-culturais-espaciais próprias do capitalismo dependente ou ‘semicolonial’. No caso da UHE, de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental [EIA] (2009), a densidade populacional de Altamira deve triplicar até o segundo ano de construção da usina e, atualmente, mesmo com as migrações recorrentes provocadas pela chegada do canteiro de obras, a infraestrutura da cidade segue a mesma, (prescindindo dos serviços sociais básicos). A criação dos 20 mil empregos diretos, que têm sido propagandeados pelo governo, estimula ainda o fluxo de pessoas que não serão abarcadas pelo mercado de trabalho de empregos temporários.

[...] a verdade é que encontra-se disponível vasta literatura que descreve os efeitos dos GPIs [Grandes Projetos de Investimentos] nas regiões em que são implantados: ao invés da difusão da modernização prometidas pelos discursos (apologéticos ou com pretensões teórico-conceituais) acerca dos pólos de desenvolvimento, o resultado tem sido as chamadas *catedrais no deserto*, *enclaves* que canalizam para o exterior (da região ou do país) os impulsos dinâmicos. [...] Ao invés de redução das disparidades regionais e desconcentração industrial, captura das periferias (recursos minerais, energéticos, etc) pelos centros hegemônicos nacionais e/ou internacionais. Às regiões de implantação, de modo geral, tem restado a desestruturação das atividades preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental.” (Vainer & Araújo, p. 33)

A combinação dos planos neoliberais com as políticas sociais compensatórias, no contexto da inserção da região amazônica na dinâmica capitalista, tem repercutido no processo amplo de perda de direitos sociais, políticos e territoriais das classes subalternas. Sob égide da ideologia do progresso, que dá forma as forças materiais – ações materiais do estado e do capital que são em si mesmo o conteúdo do bloco hegemônico – os agentes da superestrutura produzem o arcabouço teórico-conceitual indispensável à homogeneidade e direção do bloco histórico. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores (PT), tal qual na acepção gramsciana do termo, emerge enquanto um tipo de “intelectual coletivo”, na medida em que através do “programa democrático popular” que se assenta nas idéias de desenvolvimento “sustentável”, “socialmente justo” e “economicamente viável” (Partido dos Trabalhadores [PT], 2002), atua enquanto funcionário da superestrutura, juntamente ao arsenal de técnicos (economistas, advogados, engenheiros, urbanistas, antropólogos, biólogos etc.) e burocratas do Estado (agentes da sociedade política encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada), exercendo influência sobre a sociedade civil e preservando a hegemonia, sobretudo, por meio do “consenso”. Nesta teoria, o monopólio ideológico e intelectual é de suma importância para o desempenho da hegemonia, e para tanto, aos “intelectuais” é atribuído esse papel de estabelecer um vínculo orgânico entre a estrutura e a superestrutura no interior do bloco histórico, isto é, estando vinculada a estrutura, funcionam enquanto organizadores desta, estabelecendo as mediações necessárias, através do bloco ideológico, de modo a instituir a coesão e assegurar a direção hegemônica à classe fundamental (Gramsci, 2002).

4. Gramsci hoje: Considerações Finais

O pensamento do marxista italiano, Antonio Gramsci, revela-se profícuo para análise social e política dos processos de hegemonia no contexto atual brasileiro, notadamente pela sua capacidade em desvendar a unidade dialética entre a estrutura e a superestrutura social, assim como, entre as relações globais e locais

que se estabelecem na dinâmica do capitalismo contemporâneo, ainda mais sendo este tema tão caro ao marxismo, diante do revisionismo que marcou a sua passagem pelo século XX. Desde modo, pretendeu-se neste artigo traçar um caminho teórico que permitisse apropriar-se do método histórico-dialético afastando-se, por um lado, da análise estritamente economicista, que entende a política como um mero reflexo da vida econômica e do imperativo da “necessidade” – o que nos levaria a compreensão da implementação da UHE de Belo Monte somente através de seu papel nas relações econômicas da sociedade brasileira – e por outro, do ideologicismo, que ao atribuir a centralidade unicamente na agência dos indivíduos, reduz a importância da estrutura socioeconômica e da agência coletiva, sujeitando-se ao deslize da exaltação ao voluntarismo individual da política governamental. O modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo Estado neoliberal, que se concretiza na implantação da Usina de Belo Monte (e suas contradições) no interior do conjunto de projetos do PAC, apresenta-se, então, enquanto uma atividade superestrutural orgânica, posto que a sua análise “permite estabelecer a articulação real do bloco histórico” (Portelli, 1987, p. 57). Isto é assim, pois, a permanência histórica deste modelo nas agendas governamentais, e, portanto, o seu caráter não-ocasional, está fundada no fato de que este articula uma função de hegemonia, seja em uma conjuntura de desenvolvimento progressivo ou de prosperidade, ou em que se verifica uma estagnação das forças produtivas. A luz da teoria gramsciana, não resta mais estranheza a presença da ideologia desenvolvimentista em tempos de neoliberalismo.

Referências

Almeida, A. W. B. et al. (2010) *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: Lamparina.

Assunção, A. Indústria foi a maior consumidora de energia do País em 2010, mostra EPE. (2013, 26 de Julho). *Agência Indusnet Fiesp*. Recuperado el 12 de ago de 2013, del sitio Web del Federação das Industrias do Estado de São Paulo: <http://www.fiesp.com.br/noticias/industria-foi-a-maior-consumidora-de-energia-do-pais-em-2010-mostra-epe/>

Boito, A. Jr. (2012). *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Recuperado el 10 de agosto de 2013, del sitio Web del Fundação Getúlio Vargas.: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>

Brasil. Governo Federal. Governo Estadual do Pará. Ministério de Integração Nacional. (s.f.) *Plano de Desenvolvimento regional Sustentável do Xingu: Região de Integração do Xingu*. Recuperado el 24 de Julho de 2013 el sitio Web del Consócio Norte Energia S. A.: http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2012/01/PDRS-DO-XINGU_FINAL%C3%8DSSIMA-26maio11.pdf

Brasil. Governo Federal. Ministério do Planejamento. *Usina Hidrelétrica de Belo Monte – PA*. Recuperado el 10 de agosto de 2013, del sitio Web del Programa de Aceleração do Crescimento [PAC]: <http://www.pac.gov.br/>

Brasil. Ministério de Integração Nacional. Empresa de Pesquisa Energética (2012). *Anuário Estatístico de Energia Elétrica*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: EPE.

Brasil. Ministério de Minas e Energia (2009). *Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental*. Recuperado el 10 de agosto de 2013 del sitio Web Del Centrais Elétricas Brasileiras S.A.: www.eletrobras.gov.br.

Cassiano, T. (2013, 10 de abril) *Greve em Belo Monte revela mais uma vez face ditatorial do governo Dilma*. Recuperado el 10 de agosto de 2013 del sitio Web del Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado: <http://www.pstu.org.br/conteudo/greve-em-belo-monte-revela-mais-uma-vez-face-ditatorial-do-governo-dilma>.

Castro, N. J. & Sumões, J. T. (2009) *Relatório de Conjuntura: grandes consumidores de energia elétrica*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: Gesel-UFRJ.

Carvalho, G. (s.f.) *Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios*. Recuperado el 07 de agosto 2013 del sitio Web Del Instituto de Estudos Socioeconômicos: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos-para-discussao/Guilherme%20Carvalho%20-%20Projetos%20de%20Infraestrutura.pdf>

Cruz, C. B. & Silva, V. P. (2010) Grandes Projetos de Investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. *Revista Sociedade & Natureza*, 22 (1), abr., 2010. 181-190.
Empresa de Pesquisa Energética [EPE]. *Balanço Energético Nacional - Ano base 2008-2012*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: MME/EPE.

Empresa de Pesquisa Energética [EPE]. (2011) *Projeção da demanda de energia elétrica: para os próximos 10 anos (2011-2020)*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: MME/EPE. Série estudos de energia nota técnica DEA 03/11.

Fiori, J.L. A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’ (2011, 30 de novembro). *Carta Maior*. Recuperado el 15 de julho de 2013, del sitio Web del Carta Maior: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334.

Gramsci, A. (2002). *Cadernos do Cárcere*. (2ª edição). vol 3. Rio de Janeiro, RJ, BRA: Editora Civilização Brasileira.

Instituto Socioambiental (2011). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo, SP, BRA: Instituto Socioambiental.

Lenin, V. I. (1982) *Imperialismo fase superior do capitalismo*. São Paulo, SP, BRA: Alfa-Ômega.

Marques, M. C. M. & Haddad, E. A. (2013) *Consumo de Energia Elétrica da Exportações Brasileiras: uma análise sistêmica por área de concessão de distribuição*. São Paulo, SP, BRA: TD NEREUS 01-2013.

Marx, K. (2010) *O Capital: crítica da economia política: livro I (v. 1)*. (27ª ed.) Rio de Janeiro, RJ, BRA: Civilização Brasileira.

Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Mota, W. P. (2011, 11 de Agosto). *Belo Monte é um compromisso do governo federal com as empreiteiras e grupos políticos*. Recuperada el 12 de agosto de 2013, del sitio Web del Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado: <http://pstu.org.br/node/16649>.

Nassif, M. I. (2011). Exportações: o avanço das commodities. *Desafios do Desenvolvimento*. 66 (8). Recuperada el 12 de agosto de 2013, del sitio Web del Instituto de Pesquisas Econômicas

Aplicadas:http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23

Partido dos Trabalhadores (2002). *Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil: Lula 2002*. Recuperado el 15 de julho de 2013 del sitio Web del Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo: www.pt.org.br.

Portelli, H. (1987). *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo, SP, BRA: Paz e Terra.

Ribeiro, G. L. (1991) *Empresas Transnacionais: Um grande projeto por dentro*. São Paulo, SP, BRA: Editora Marco Zero/ANPOCS.

Santos, S. M. S. B. M. & Hernandez, F. M. (2009) *Painel de Especialistas*. Belém, PA, BRA. Recuperado el 11 de agosto de 2013 del sitio Web del: Procuradoria da República no Pará [MPF]: <http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2010/noticias/belo-monte-os-problemas-do-projeto-e-a-atuacao-do-mpf>.

Silva, C. (s.f.) *O PAC do governo Lula e o processo de dependência e exploração da economia brasileira*. Recuperado el 10 de agosto de 2013, del sitio Web del Sindicato Nacional dos Servidores Federais: <http://www.sinasefe.org.br/antigo/Texto%20sobre%20o%20PAC.pdf>

Vainer, C. B. & Araújo, F. G. (1992) *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, RJ, BRA: CEDI.